



**ACÓRDÃO Nº 1027/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2035/2009.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias – Secretário Municipal de da SEMOSBH.
- 4- **Exercício:** 2008.
- 5- **Órgão:** Secretaria Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação – SEMOSBH.
- 6- **Advogados:** Rômulo Corrêa – OAB/AM 894 e Gustavo Corrêa – OAB/AM 5.071.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 448/2017-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls.6206/6206v).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação – SEMOSBH. Exercício de 2008.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Fixação de prazo. Recomendação. Arquivamento. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação – SEMOSBH**, exercício de 2008, de responsabilidade do **Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, no montante de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), em razão das Restrições nºs 3.1.1, 3.2.1, 3.2.5, 3.3.2, 3.3.4, 3.3.5, 3.5.3, 3.7.1, 3.8.1, 3.9.4, 3.9.6, 3.10.1, 3.10.2, 3.11.2, 3.12.2 e 3.13.4 da Informação Conclusiva nº 846/2016-DICOP, nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei Estadual nº 2423/96, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ;
- 10.3. **Conceder prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, para recolher o valor constante no item 10.2 deste acórdão, com



**ACÓRDÃO Nº 1027/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 76 da Lei nº 2.423/96, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;

**10.4. Recomendar à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação – SEMOSBH** que na elaboração dos documentos que compõem os processos administrativos, notadamente os relativos a obras e serviços de engenharia, cumpra com rigor os dispositivos da Lei 8.666/93 e demais normas e legislação pertinentes, em especial quanto ao Projeto Básico mais detalhado, a fim de dar maior eficácia à execução do ajuste, além de contribuir positivamente na atuação do controle interno e externo; e ao registro das Anotações de Responsabilidade Técnica dos profissionais envolvidos com a elaboração dos projetos e documentos técnicos, assim como os responsáveis pela execução e fiscalização do serviço/obra;

**10.5. Arquivar os autos** nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

*Vencido o Voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela Irregularidade das Contas.*

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 31 de Outubro de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1- Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral